INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO
DOI: 10.543/1981-8920.2026v31n3p278
eISSN 1981-8920

Gestão da informação e processo decisório em centro experimental universitário

estudo documental no CEEx/UFPR - Fazenda Canguiri

Andre Santos de Oliveira
Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Servidor público federal da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Brasil.
andreoliveira.ufpr@gmail.com

Edelvino Razzolini Filho
Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Brasil.
razzolini@ufpr.br

Resumo

Objetivo: analisar como os documentos institucionais da Fazenda Canguiri, vinculada ao Centro de Estações Experimentais da Universidade Federal do Paraná (CEEx/UFPR), participam da constituição do processo decisório administrativo e operacional da gestão local. **Metodologia**: pesquisa qualitativa, descritiva e documental, com *corpus* composto por onze atas de reuniões institucionais produzidas em 2025, sendo nove do Comitê Gestor do CEEx e duas de reuniões entre coordenadores de laboratórios. O material foi examinado por Análise de Conteúdo, com apoio do *software* Atlas.ti, a partir de 25 códigos organizados em 6 grupos analíticos relacionados à qualidade informacional, justificativas decisórias, encaminhamentos e fluxos institucionais. **Resultados**: as atas exercem papel central na governança informacional da unidade, pois registram articulações interinstitucionais, responsabilidades, pendências e sucessivos movimentos de amadurecimento das decisões. Observou-se que variações na clareza, completude e consistência dos registros interferem na rastreabilidade, na recuperação da informação e na continuidade administrativa. **Conclusões**: a informação formalmente registrada não se limita à função burocrática ou memorialística; ela integra o mecanismo de decisão organizacional, sustentando a racionalidade administrativa e oferecendo subsídios para aprimorar fluxos informacionais e organização documental em centros experimentais universitários.

Descritores: Gestão da informação. Processo decisório. Gestão documental. Memória institucional. Fazenda canguiri.

Recebido em: 20.05.2026 | **Aceito em:** 30.09.2026

1 Introdução

A crescente complexidade informacional transforma a forma como organizações produzem, armazenam e utilizam informações para orientar decisões. A intensificação dos fluxos informacionais, impulsionada pelas tecnologias digitais e pela ampliação das fontes de dados, exige que as instituições reorganizem processos e desenvolvam capacidades para lidar com volumes, formatos e velocidades variados das informações. Drucker (1999) já afirmava que a informação constitui recurso fundamental das organizações modernas, deslocando o eixo da produtividade e da gestão para o tratamento qualificado do conhecimento. Evidencia-se o desafio de converter dados dispersos em conhecimento aplicável. Nesse contexto, a Gestão da Informação (GI) emerge como processo estruturante, articulando procedimentos, tecnologias e práticas voltadas à interpretação e ao uso qualificado das informações. Conforme destaca Choo (2003), organizações eficazes utilizam a informação para criar significado, construir conhecimento e orientar a ação, o que reforça sua centralidade na racionalidade organizacional. Compreender como a informação é tratada nas instituições torna-se condição relevante para analisar sua capacidade de coordenação e decisão.

Na administração pública, a informação adquire função ainda mais sensível, pois os atos administrativos devem observar princípios constitucionais relacionados à legalidade, publicidade, eficiência e controle da gestão, além das exigências de transparência e prestação de contas previstas na legislação brasileira (Brasil, 1988, 2000, 2011). Davenport e Prusak (1998) argumentam que ecossistemas informacionais desorganizados comprometem a capacidade de ação institucional. No ambiente universitário, esse desafio é ampliado pela multiplicidade de funções ensino, pesquisa, extensão e administração, todas dependentes de decisões fundamentadas e tempestivas. Razzolini Filho (2020) sustenta que tratar a informação como ativo organizacional fortalece a previsibilidade das decisões. Essa perspectiva dialoga com a racionalidade limitada de Simon (1977), segundo a qual o decisor não dispõe de informação completa nem de tempo ilimitado, dependendo de mecanismos informacionais estruturados para orientar a escolha. Em instituições públicas complexas, a documentação formal ocupa posição central na governança informacional, ao registrar evidências, decisões, condicionantes e responsabilidades

que estruturam a ação coletiva.

A Universidade Federal do Paraná, por meio do Centro de Estações Experimentais (CEEx), exemplifica essa necessidade de decisões sustentadas por registros formais. A Fazenda Canguiri concentra atividades administrativas, acadêmicas, ambientais e experimentais que demandam elevado nível de coordenação informacional. Nesse ambiente híbrido, decisões científicas se entrelaçam com decisões operacionais e administrativas. Kahneman (2012) observa que decisões orientadas por dados tendem a equilibrar processos intuitivos e analíticos, reduzindo vieses cognitivos. Documentos institucionais como atas de reunião, registros digitais e relatórios técnicos assumem papel relevante na organização da memória institucional e na articulação entre setores.

A literatura a respeito de Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) reforça a importância de estruturas informacionais capazes de ampliar a capacidade cognitiva dos gestores. Turban, Sharda e Delen (2011) argumentam que sistemas informacionais organizam dados e reduzem incertezas decisórias. Essa abordagem converge com Melati e Janissek-Muniz (2024), ao compreenderem a inteligência na gestão pública como um processo apoiado por tecnologias, estruturas formais, servidores, gestores e participação social, orientado à gestão eficiente de dados e informações e ao fortalecimento da capacidade decisória nas organizações. Em centros experimentais universitários, essa integração adquire caráter estratégico, pois decisões relacionadas à infraestrutura, aos experimentos e ao planejamento ambiental exigem documentação formal de qualidade. Examinar a documentação da Fazenda Canguiri permite investigar como os registros formais não apenas acompanham decisões, mas participam de sua estruturação ao longo do tempo.

Apesar da relevância da GI no ambiente universitário, permanece pouco explorado se os registros institucionais apenas documentam decisões previamente tomadas ou se participam ativamente de sua formação. Em contextos organizacionais complexos, essa distinção é importante, pois a deliberação pode não se concentrar em um único evento formal, distribuindo-se ao longo de interações, encaminhamentos e registros sucessivos. Parte-se da pressuposição de que, em ambientes institucionais intensivos em informação, a decisão não se concentra exclusivamente no momento deliberativo formal, mas emerge progressivamente da circulação de registros institucionais entre instâncias organizacionais. Nessa perspectiva, a documentação

não apenas evidencia decisões, mas integra o próprio mecanismo de decisão organizacional.

Nesse cenário, o estudo é orientado pela seguinte questão: Como os documentos institucionais participam do processo decisório administrativo e operacional na gestão local? O objetivo geral consiste em analisar como os documentos institucionais da Fazenda Canguiri participam da constituição do processo decisório administrativo e operacional na gestão local. Para tanto, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: [1] identificar os tipos de documentos institucionais utilizados na gestão da unidade, com ênfase nas atas de reuniões como registros formais do processo decisório colegiado; [2] avaliar a qualidade da informação registrada, considerando critérios de clareza, completude e consistência; [3] analisar de que modo os registros documentais, especialmente as atas de reunião, estruturam o encadeamento do processo decisório administrativo e operacional entre instâncias técnicas, opinativas e deliberativas da unidade; e [4] propor recomendações estratégicas para o aprimoramento dos fluxos informacionais e da organização documental institucional.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, com delineamento documental, baseada na análise de onze atas de reuniões institucionais produzidas em 2025 na Fazenda Canguiri. O corpus foi examinado por meio de análise de conteúdo, com apoio do software Atlas.ti, a partir de categorias analíticas relacionadas à qualidade informacional, justificativas decisórias, encaminhamentos e fluxos institucionais. O estudo, portanto, não se limita a descrever práticas documentais locais, mas propõe uma interpretação teórica da decisão organizacional mediada por registros institucionais em contextos universitários complexos.

2 Referencial teórico

Este referencial fundamenta a análise de como a informação registrada em documentos institucionais subsidia decisões administrativas e operacionais. A exposição parte dos fundamentos da GI na administração pública, avança para as dimensões documentais e informacionais, incorpora a discussão que trata do processo decisório e racionalidade administrativa, aborda os SAD e a governança

informacional e, por fim, situa essas categorias no contexto dos centros experimentais universitários.

A GI pode ser entendida como o conjunto de processos voltados à organização, mediação, circulação e uso estratégico da informação no contexto organizacional, para apoiar ações, reduzir incertezas e qualificar decisões (Choo, 2003; Davenport; Prusak, 1998; Perfetto; Reis; Paletta, 2023). Na administração pública, sua relevância se intensificou à medida que os processos institucionais passaram a depender de registros estruturados e de mecanismos mais consistentes de circulação informacional. Davenport e Prusak (1998) e Choo (2003) destacam que a informação se torna recurso estratégico quando é organizada, interpretada e mobilizada para orientar a ação institucional, deixando de ocupar uma posição acessória para assumir papel estruturante na coordenação administrativa. Drucker (1999) reforça esse entendimento ao afirmar que organizações contemporâneas dependem menos de ativos materiais e mais da capacidade de gerar, tratar e aplicar informação de forma sistemática. No contexto brasileiro, Razzolini Filho (2020) observa que tratar a informação como ativo organizacional fortalece a racionalidade administrativa e amplia a previsibilidade das decisões. Em estudos mais recentes sobre universidades federais, Batinga e Finger (2023) demonstram que, mesmo em processos administrativos específicos, como os pregões eletrônicos, a qualidade da GI interfere diretamente na aprendizagem organizacional, na articulação entre setores e na própria capacidade de decidir. Em instituições de ensino superior, essa centralidade se amplia pela convivência entre demandas científicas, acadêmicas e operacionais, o que exige integração entre setores e maior padronização documental.

A gestão documental constitui uma dimensão essencial da GI, pois é por meio dos documentos que se produzem evidências, se preserva a memória institucional e se tornam operacionais os fluxos administrativos. Rabelo e Schmidt (2025) e o Conselho Nacional de Arquivos (Brasil, 2022) ressaltam que a qualidade documental depende da identificação adequada dos elementos constitutivos do documento, da garantia de autenticidade e confiabilidade e da manutenção de condições de preservação e acesso ao longo do tempo. Os documentos não apenas registram fatos, mas também expressam funções organizacionais, competências institucionais e rotinas administrativas. A análise dos fluxos informacionais evidencia como decisões, responsabilidades e justificativas circulam entre unidades e agentes. Davenport e

Prusak (1998) e Silva e Razzolini Filho (2024) destacam que fluxos eficientes exigem interoperabilidade e clareza procedimental, enquanto Choo (2003) enfatiza que a arquitetura da informação condiciona a forma como os registros são estruturados e acessados, influenciando diretamente a qualidade da decisão. Esse entendimento ganha ainda mais densidade quando observado em ambientes digitais de tramitação administrativa. Ao analisarem o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Oliveira e Ferraz (2025) mostram que a GI, em contextos mediados por sistemas eletrônicos, depende não apenas da produção documental, mas também do modo como os processos são organizados, indexados, recuperados e compartilhados entre diferentes níveis da administração. Em ambientes universitários complexos, a articulação entre gestão documental, fluxos informacionais e arquitetura da informação torna-se, assim, condição para a consistência decisória.

A memória institucional seleciona, organiza e preserva registros da trajetória, identidade e conhecimentos (Thiesen, 2013). Articula documentos, sujeitos e práticas, sustentando pertencimento, transmissão de experiências e acesso ao conhecimento (Cavalcante; Sales; Guerra, 2024; Santos; Valentim, 2021).

O regime de informação envolve produção, organização, circulação e uso da informação, sujeitos, instituições, regras, recursos e arranjos (González de Gómez, 2002). Relaciona atores, dispositivos, artefatos e ações orientados por normas, tecnologias e práticas (Silva; Freire, 2024), legitimando-se nas práticas que atribuem significado à informação e constroem conhecimento e ação coletiva (Torino; Silva; Berti, 2025). As atas da Fazenda Canguiri integram esse regime, articulando atores e responsabilidades para continuidade decisória.

A governança da informação articula estrategicamente políticas, responsabilidades, práticas e fluxos para reduzir assimetrias e qualificar decisões (Manhique, 2025). Governança informacional incremental, categoria analítica própria, descreve decisões administrativas construídas e consolidadas gradualmente pela circulação de registros, encaminhamentos, consultas e complementações entre atores e instâncias.

A tomada de decisão pode ser compreendida como um processo deliberado orientado ao alcance de objetivos específicos, enquanto o processo decisório corresponde ao encadeamento de etapas pelas quais problemas são reconhecidos, estruturados e convertidos em alternativas e escolhas organizacionais (Lehnhart *et*

al., 2025; Yu *et al*., 2024). O processo decisório em instituições públicas envolve limitações cognitivas e informacionais dos gestores. Simon (1977), ao formular a teoria da racionalidade limitada, demonstrou que as decisões são tomadas com base em escolhas satisfatórias diante de restrições de tempo e informação. Kahneman (2012) amplia essa discussão ao evidenciar a presença de vieses cognitivos capazes de distorcer julgamentos. Em diálogo com essa tradição, Batista (2025), ao examinar a burocracia dirigente no campo das políticas públicas, argumenta que o uso de evidências no processo decisório não ocorre de forma automática nem linear, sendo mediado por capacidades institucionais, recursos disponíveis e contextos concretos de ação. Registros estruturados e evidências documentais cumprem papel relevante na redução de ambiguidades e na organização das alternativas. A literatura organizacional reforça essa abordagem ao demonstrar que decisões coletivas seguem ciclos de identificação, desenvolvimento e seleção (Mintzberg; Raisinghani; Théorêt, 1976). A GI e os registros institucionais assumem função compensatória diante da racionalidade limitada, estruturando o percurso decisório e ampliando sua consistência.

Os SAD representam um desdobramento tecnológico do uso estratégico da informação. Turban, Sharda e Delen (2011) definem esses sistemas como estruturas que integram bases de dados e modelos analíticos para apoiar gestores na comparação de alternativas. Laudon e Laudon (2020) acrescentam que a efetividade desses sistemas depende da qualidade e da integridade dos dados inseridos. A qualidade da informação ocupa posição central nesse processo. Eppler (2006) propõe critérios como acurácia, consistência e relevância, que fundamentam a avaliação de registros documentais e dialogam diretamente com as categorias analíticas empregadas na metodologia desse estudo. Em abordagem recente, Girardi, Galdino e Pellanda (2026) demonstram que SAD se tornam relevantes em ambientes marcados por complexidade, critérios conflitantes e incerteza, pois ajudam a estruturar julgamentos, organizar informações críticas e conferir maior racionalidade ao tratamento de problemas estratégicos. Embora o estudo desses autores esteja situado no campo da inovação em defesa, sua contribuição é pertinente ao presente trabalho ao reforçar que decisões organizacionais complexas dependem de arranjos informacionais capazes de reduzir dispersão e apoiar a comparação entre alternativas.

No âmbito universitário, a governança envolve mecanismos de coordenação e monitoramento sustentados por fluxos informacionais confiáveis. Silva e Razzolini Filho (2024) ressaltam que a governança depende da capacidade institucional de transformar registros em ações administrativas coerentes. Monteiro e Teixeira (2025) associam transparência ativa e dados abertos à capacidade das universidades federais de disponibilizar informações públicas verificáveis, reforçando a dimensão institucional da informação. A eficiência administrativa, nesse contexto, não se limita ao desempenho operacional, envolvendo articulação de decisões fundamentadas, rastreáveis e sustentadas por documentação consistente. Esse debate é ampliado por Romanin, Furnival e Rigolin (2026), ao demonstrarem que a abertura de dados em instituições federais de ensino superior fortalece a accountability e a transparência, mas também expõe desafios ligados à padronização, à presença de metadados e à reutilização dos conjuntos informacionais disponibilizados. A discussão proposta pelas autoras evidencia que governança universitária e governança informacional são dimensões indissociáveis, pois dependem da qualidade com que a instituição organiza, publica, recupera e disponibiliza seus registros para fins de gestão, controle e prestação de contas.

Centros experimentais universitários configuram ambientes organizacionais híbridos, marcados pela convergência entre atividades científicas, acadêmicas, produtivas e administrativas. Almeida, Silva e Pinho (2025) tratam as Instituições Públicas Federais de Ensino Superior como ambientes intensivos em conhecimento, cuja efetividade depende de mecanismos institucionais capazes de integrar fluxos de informação e processos de compartilhamento do conhecimento. Em unidades experimentais, essa complexidade se intensifica em razão da necessidade de articular informações relativas a experimentos, manejo ambiental, infraestrutura e rotinas administrativas. Silva (2024) destaca que decisões sustentáveis exigem articulação entre valores institucionais e fluxos informacionais estruturados. Jacociunas, Verschoore e Monticelli (2023) mostram que instituições de ensino superior têm sido pressionadas a estruturar decisões cada vez mais estratégicas em ambientes atravessados pela transformação digital, o que demanda articulação entre recursos institucionais, capacidades informacionais e escolhas organizacionais de longo alcance. Aplicada ao contexto do CEEx/UFPR, essa perspectiva permite compreender que documentos administrativos — atas, relatórios, portarias e registros digitais — não

apenas formalizam decisões, mas revelam padrões de comunicação, coordenação e governança. Esse arcabouço teórico fundamenta a metodologia adotada, orienta a análise dos resultados e sustenta a discussão sobre a GI como suporte estruturante do processo decisório em centros experimentais universitários.

3 Metodologia

A investigação foi organizada em etapas sucessivas de levantamento documental, definição do corpus, preparação dos dados, codificação e interpretação, tomando como referência os pressupostos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza descritiva, com delineamento documental. Gil (2022) define a pesquisa documental como aquela desenvolvida a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico sistemático ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da investigação. Essa escolha mostrou-se adequada porque o interesse não recai apenas sobre o conteúdo literal dos documentos, mas sobre os sentidos organizacionais, os fluxos informacionais e os mecanismos decisórios que eles evidenciam. As atas foram compreendidas não como registros administrativos meramente formais, mas como materialidades informacionais capazes de revelar práticas de gestão, articulações institucionais, justificativas, encaminhamentos e formas de coordenação presentes na rotina da Fazenda Canguiri. Essa compreensão dialoga com Davenport e Prusak (1998), Choo (2003) e Razzolini Filho (2020), ao tratar a informação como recurso estratégico para a coordenação institucional e o apoio à decisão.

Inicialmente, realizou-se um levantamento exploratório da produção documental vinculada à gestão administrativa e operacional da Fazenda Canguiri, no âmbito do Centro de Estações Experimentais da Universidade Federal do Paraná. Nessa etapa, foram identificados diferentes tipos documentais utilizados na rotina da unidade, entre eles atas de reuniões, despachos, memorandos, normativas internas, processos eletrônicos no SEI, relatórios administrativos e registros operacionais. Conforme Pontes e Maia (2025), os documentos institucionais, produzidos, recebidos e acumulados no exercício das atividades organizacionais, compõem um conjunto orgânico que permite compreender funções, fluxos informacionais e aspectos da realidade administrativa e institucional. A partir desse mapeamento inicial, optou-se

pela utilização exclusiva das atas de reuniões como corpus principal da investigação, em razão de seu caráter deliberativo, sintético e formal de registro das discussões e encaminhamentos colegiados.

A definição do corpus observou os critérios de pertinência, homogeneidade e representatividade propostos por Bardin (2016). Embora o levantamento preliminar tenha identificado um conjunto mais amplo de atas produzidas em 2025, o corpus analítico final foi composto por onze atas institucionais diretamente aderentes ao problema de pesquisa, sendo nove atas do Comitê Gestor do CEEx e duas atas de reuniões entre Coordenadores de Laboratórios instalados na Fazenda Canguiri. Esse recorte foi adotado porque tais documentos apresentavam maior densidade informacional para a análise do processo decisório administrativo e operacional da unidade. As atas selecionadas registram justificativas, encaminhamentos, demandas operacionais, conflitos administrativos, distribuição de responsabilidades e fluxos de comunicação organizacional, oferecendo condições mais consistentes para a interpretação do fenômeno investigado. Como destaca Bardin (2016), a constituição do corpus deve respeitar regras de exaustividade, pertinência e homogeneidade, assegurando aderência ao objeto analisado e validade às inferências produzidas.

A operacionalização da análise documental foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), com apoio do Atlas.ti, software de análise qualitativa assistida por computador que permite importar e organizar documentos, codificar segmentos textuais, agrupar códigos em categorias e recuperar os trechos associados. Neste estudo, o programa foi utilizado como ferramenta de suporte à codificação, à organização das categorias temáticas e à rastreabilidade das decisões analíticas, contribuindo para a sistematização e a transparência do percurso metodológico. Ressalta-se que a interpretação dos dados e a definição das categorias permaneceram sob responsabilidade dos pesquisadores.

O protocolo analítico foi desenvolvido em três etapas principais, em conformidade com a estrutura clássica proposta por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência. Na fase de pré-análise, procedeu-se à leitura flutuante integral das atas selecionadas, buscando reconhecer temas recorrentes, estruturas de decisão, modos de articulação institucional e padrões de circulação da informação. Também nesse momento foram definidos os critérios de codificação, as unidades de registro e as categorias analíticas

iniciais. Bardin (2016) descreve essa etapa como o momento de organização do corpus e formulação dos indicadores que orientarão a leitura interpretativa posterior.

Na etapa de exploração do material, realizou-se a codificação sistemática das atas no Atlas.ti. Foram construídos 25 códigos analíticos, agrupados em 6 grupos temáticos, definidos predominantemente de forma dedutiva a partir do referencial teórico e dos objetivos específicos da pesquisa. As categorias contemplaram aspectos relacionados à qualidade da informação, processo decisório, problemas operacionais, encaminhamentos administrativos, fluxos de comunicação, registros de demandas institucionais e mecanismos de coordenação organizacional. Conforme Bardin (2016), a categorização consiste em operação de classificação dos elementos do texto por diferenciação e reagrupamento, segundo critérios de semelhança e pertinência temática. Complementando, Ferreira (2023) destaca que a categorização, na análise de conteúdo, permite reorganizar dados qualitativos em estruturas interpretativas que favorecem a identificação de padrões, recorrências e relações analíticas relevantes.

Seis grupos de códigos no Atlas.ti constituíram categorias; 25 códigos, subcategorias. A unidade de registro foi o segmento temático com sentido suficiente para representar prática informacional, decisão, encaminhamento, articulação institucional, planejamento, uso de recursos ou conflito; compreendeu frases, parágrafos ou conjuntos contínuos de parágrafos, registrados no software como citações. A unidade de contexto foi a ata integral e o item de pauta. Unidades com múltiplas dimensões receberam codificação múltipla, totalizando 111 unidades de registro distintas e 441 aplicações de códigos.

No tratamento dos resultados e inferência, os códigos e categorias foram interpretados à luz do referencial teórico da GI, dos SAD e da literatura sobre processo decisório em organizações públicas. Buscou-se identificar como práticas documentais, fluxos informacionais e articulações institucionais participam da constituição do processo decisório na gestão da Fazenda Canguiri. Segundo Bardin (2016), a inferência corresponde ao momento em que o pesquisador ultrapassa a descrição imediata do conteúdo e fórmula interpretações fundamentadas sobre as condições de produção e uso das mensagens analisadas. Os resultados produzidos não se restringem ao reconhecimento temático dos registros documentais, mas buscam compreender como a informação é mobilizada institucionalmente para sustentar a coordenação administrativa, a gestão operacional e a tomada de decisão

no contexto investigado.

4 Resultados

Para fins de operacionalização da Análise de Conteúdo, os seis grupos de códigos constituídos no Atlas.ti foram tratados como categorias analíticas, enquanto os códigos vinculados a cada grupo foram considerados subcategorias. As unidades de registro corresponderam a segmentos textuais das atas dotados de sentido analítico, delimitados no software como citações. O sistema de codificação compreendeu 25 subcategorias, das quais 24 apresentaram ocorrências no corpus. A subcategoria CONF RISCO, embora mantida na estrutura analítica, não foi associada a nenhuma unidade de registro. Ao todo, foram delimitadas 111 unidades de registro e realizadas 441 aplicações de códigos, uma vez que uma mesma unidade pôde receber mais de um código quando apresentava conteúdos relacionados a diferentes dimensões analíticas. Assim, as frequências dos códigos representam aplicações de codificação e não a quantidade de segmentos textuais independentes.

Foram analisadas onze atas de reuniões institucionais da Fazenda Canguiri, sendo nove atas do Comitê Gestor do CEEx e duas atas de reuniões entre coordenadores de laboratórios instalados na unidade. A codificação foi realizada pelos pesquisadores com apoio do Atlas.ti para delimitar segmentos textuais, aplicar códigos, organizar categorias e recuperar ocorrências no corpus. O software, portanto, não gerou automaticamente os códigos ou as interpretações, mas ofereceu suporte à operacionalização e à rastreabilidade do percurso analítico.

As unidades incluíram frases, parágrafos ou conjuntos contínuos de parágrafos. O Quadro 1 apresenta a estrutura categorial, as subcategorias, as frequências de aplicação e os critérios empregados na identificação das unidades de registro.[1]

Quadro 1 – Categorias, subcategorias e critérios de delimitação das unidades de registro

Categoria analítica	Subcategorias e códigos	Critérios de identificação das unidades de registro	Aplicações; atas com ocorrência (n/11)

1 Aplicações correspondem ao número de atribuições dos códigos às unidades de registro; uma unidade pôde receber mais de um código. A abrangência (n/11) indica o número de atas, entre as onze analisadas, em que cada código ocorreu ao menos uma vez. Esses valores não medem, isoladamente, importância ou qualidade.

Governança e estrutura (123 aplicações)	1. Articulação institucional (GOV ARTICULACAO); 2. Competências institucionais (GOV COMPETENCIA); 3. Estrutura organizacional (GOV ESTRUTURA)	1. Relações do CEEx com unidades da UFPR, FUNPAR e atores externos; 2. Atribuições, responsabilidades, competências e limites de atuação; 3. Organização formal, instâncias administrativas e distribuição de competências.	1. 84; 10/11 atas 2. 27; 9/11 atas 3. 12; 7/11 atas
Gestão da informação (119 aplicações)	1. Clareza da informação (INFO CLAREZA); 2. Completude da informação (INFO COMPLETUDE); 3. Memória institucional (INFO MEMORIA); 4. Rastreabilidade da informação (INFO RASTREABILIDADE).	1. Clareza, precisão e compreensão das informações registradas; 2. Presença, ausência ou necessidade de complementação de informações e documentos; 3. Preservação e recuperação da memória institucional por meio dos registros; 4. Referências ao SEI, anexos e documentos que permitem acompanhar o percurso informacional.	1. 74; 11/11 atas 2. 31; 11/11 atas 3. 6; 4/11 atas 4. 8; 3/11 atas
Processo decisório (98 aplicações)	1. Aprovação (DEC APROVACAO); 2. Aprovação condicionada (DEC CONDICIONADA); 3. Encaminhamento (DEC ENCAMINHAMENTO); 4. Indeferimento (DEC INDEFERIMENTO); 5. Manifestação opinativa (DEC OPINATIVA).	1. Aprovação formal de ações, projetos, propostas, normas ou procedimentos; 2. Aprovação dependente de requisitos, ajustes ou providências adicionais; 3. Providências ou remissões sem decisão final conclusiva; 4. Negativa, rejeição ou não aprovação formal; 5. Consultas, recomendações e manifestações sem caráter deliberativo definitivo.	1. 29; 8/11 atas 2. 5; 4/11 atas 3. 34; 8/11 atas 4. 5; 5/11 atas 5. 25; 7/11 atas
Planejamento e projetos (47 aplicações)	1. Definição de critérios (PLAN CRITERIOS); 2. Monitoramento (PLAN MONITORAMENTO); 3. Priorização (PLAN PRIORIZACAO); 4. Projetos (PLAN PROJETO).	1. Critérios técnicos, administrativos ou institucionais para análise e execução de ações; 2. Acompanhamento, avaliação, controle ou verificação de ações e projetos; 3. Definição de prioridades institucionais, técnicas ou administrativas; 4. Criação, alteração, execução, acompanhamento ou avaliação de projetos.	1. 2; 2/11 atas 2. 9; 5/11 atas 3. 3; 3/11 atas 4. 33; 11/11 atas
Recursos e sustentabilidade (29 aplicações)	1. Infraestrutura (REC INFRA); 2. Orçamento (REC ORCAMENTO); 3. Pessoal (REC PESSOAL); 4. Sustentabilidade (REC SUSTENTABILIDADE).	1. Infraestrutura física, instalações, espaços e condições materiais; 2. Orçamento, custos, financiamento, despesas e disponibilidade financeira; 3. Servidores, trabalhadores terceirizados, equipes e recursos humanos; 4. Sustentabilidade financeira ou operacional de atividades, estruturas e projetos.	1. 4; 3/11 atas 2. 9; 5/11 atas 3. 2; 2/11 atas 4. 14; 4/11 atas

Conflitos e riscos (25 aplicações)	1. Questões ambientais (CONF AMBIENTAL); 2. Construção de consenso (CONF CONSENSO); 3. Divergência (CONF DIVERGENCIA); 4. Conflito institucional (CONF INSTITUCIONAL); 5. Risco (CONF RISCO).	1. Problemas, controvérsias ou preocupações ambientais; 2. Negociação, aproximação de posições e construção de entendimento compartilhado. 3. Divergências explícitas de entendimentos, interesses ou posições; 4. Conflitos, tensões ou dificuldades de articulação institucional; 5. Riscos operacionais, jurídicos ou institucionais.	1. 8; 5/11 atas 2. 6; 4/11 atas 3. 7; 2/11 atas 4. 4; 3/11 atas 5. 0; 0/11 atas

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Os códigos relativos à clareza e à completude abrangeram manifestações positivas e negativas dessas características. Assim, a frequência de 74 aplicações do código de clareza não significa que 74 registros tenham sido considerados claros, mas que a clareza do registro constituiu dimensão pertinente na análise dessas unidades.

A categoria Governança e estrutura reuniu 123 aplicações de códigos. A articulação institucional apresentou a maior frequência de todo o corpus, com 84 ocorrências, seguida pela competência institucional, com 27, e pela estrutura organizacional, com 12. Os registros mostram que as demandas do CEEx raramente são resolvidas exclusivamente no âmbito local. Projetos, convênios, uso de espaços, questões ambientais, comercialização de excedentes e providências administrativas dependem da interação com o Setor de Ciências Agrárias, unidades da administração central, FUNPAR e órgãos externos. A definição das competências e das instâncias autorizadas a decidir também aparece como componente recorrente, demonstrando que parte do percurso decisório consiste em identificar quem possui atribuição para instruir, autorizar, executar ou acompanhar cada demanda.

Na categoria GI foram registradas 119 aplicações. O código de clareza apresentou 74 ocorrências e o de completude, 31, enquanto rastreabilidade e memória institucional apresentaram, respectivamente, oito e seis. A leitura qualitativa evidenciou registros com responsabilidades, providências e justificativas explicitadas, mas também situações marcadas por ausência documental, necessidade de esclarecimento, solicitação de pareceres e complementação de informações. A rastreabilidade foi observada principalmente nas referências a processos SEI, anexos, formulários, pareceres e gravações. Isso mostra que a continuidade das decisões depende não apenas do registro do resultado da reunião, mas também da

possibilidade de recuperar os documentos que fundamentaram a discussão e acompanhar as providências posteriormente adotadas. Os achados associam a qualidade da informação à capacidade decisória em organizações complexas (Silva; Razzolini Filho, 2023).

A categoria Processo decisório totalizou 98 aplicações. Os encaminhamentos sem decisão final foram a subcategoria mais frequente, com 34 ocorrências, seguidos pelas aprovações, com 29, e pelas manifestações opinativas, com 25. As decisões condicionadas e os indeferimentos apresentaram cinco ocorrências cada. Essa distribuição evidencia que parte expressiva das matérias prosseguiu após a reunião inicial. Solicitações de documentos, consultas a outras instâncias, revisões de propostas e retomadas posteriores da pauta integraram o percurso decisório. As aprovações formais também foram recorrentes, especialmente nas atas do Comitê Gestor, mas frequentemente vieram acompanhadas de condições, ajustes ou providências subsequentes.

A categoria Planejamento e projetos reuniu 47 aplicações. O código relacionado à criação, alteração ou avaliação de projetos concentrou 33 ocorrências, enquanto monitoramento apresentou nove, priorização, três, e definição de critérios, duas. Os projetos articularam as dimensões acadêmica, administrativa e operacionais da Fazenda Canguiri. Sua análise mobilizou informações sobre uso de áreas, infraestrutura, financiamento, contrapartidas, responsabilidades técnicas, duração, regularização documental e compatibilidade com os objetivos institucionais. As ocorrências de monitoramento indicam que a aprovação não encerra o fluxo informacional, pois os projetos permanecem sujeitos à atualização, ao acompanhamento e à revisão. Essa recorrência sugere vínculo entre GI, planejamento institucional e a coordenação da unidade, articulando informação, governança e decisão pública (Cantarelli; Belle; Hall, 2023).

A categoria Recursos e sustentabilidade reuniu 29 aplicações: 14 sobre sustentabilidade financeira ou operacional, nove sobre orçamento, quatro sobre infraestrutura e duas sobre pessoal. As subcategorias envolveram decisões sobre captação de recursos, comercialização de excedentes, uso de espaços, mão de obra, aquisição de equipamentos e manutenção das atividades. A menor frequência não indica irrelevância, mas concentração temática em pautas específicas.

A categoria Conflitos e riscos reuniu 25 aplicações. As questões ambientais

apresentaram oito ocorrências, as divergências, sete, os consensos, seis, e os conflitos institucionais, quatro. O código geral destinado a riscos operacionais, jurídicos ou institucionais não recebeu aplicação. Sua frequência zero deve ser interpretada com cautela: ela indica que nenhum segmento foi classificado de forma autônoma nesse código, e não que o corpus estivesse isento de riscos. Questões potencialmente relacionadas a risco foram registradas em subcategorias mais específicas, como exigências ambientais, conflitos entre instâncias, decisões condicionadas e necessidade de complementação documental.

A matriz de coocorrências reforçou a interdependência entre as categorias. As associações mais frequentes ocorreram entre articulação institucional e clareza, com 58 unidades compartilhadas; clareza e completude, com 30; encaminhamento e articulação institucional, com 29; articulação institucional e projetos, com 27; encaminhamento e clareza, com 25; e articulação institucional e completude, também com 25. Essas coocorrências significam que os códigos foram aplicados aos mesmos segmentos textuais. Elas não demonstram relação causal, mas evidenciam que a articulação entre instâncias, a qualidade dos registros, o desenvolvimento de projetos e os encaminhamentos administrativos aparecem frequentemente integrados na mesma situação decisória. Esses elementos dialogam com a governança de universidades públicas, dependentes de coordenação formal e circulação informacional (Santos; Souza, 2022).

A comparação entre os grupos documentais evidenciou diferenças na quantidade e na natureza dos segmentos submetidos à codificação. Nas nove atas do Comitê Gestor foram delimitadas 51 unidades de registro, com variação de três a dez unidades por documento. Nas duas atas das reuniões de Coordenadores de Laboratórios e Projetos foram delimitadas 60 unidades de registro, sendo 33 na primeira ata e 27 na segunda. Embora o segundo grupo reúna menor quantidade de documentos, apresentou mais segmentos codificáveis, o que é coerente com o caráter mais técnico, descritivo e argumentativo dessas reuniões. Esse resultado deve ser interpretado considerando a diferença na quantidade e na natureza dos documentos, não constituindo, isoladamente, medida de relevância institucional. As atas do Comitê Gestor concentram a formalização de articulações institucionais, encaminhamentos administrativos, aprovações e compatibilização de interesses. As reuniões de Coordenadores apresentam maior detalhamento de dificuldades práticas,

divergências, uso de espaços, demandas de projetos e construção coletiva de soluções. Enquanto o Comitê Gestor atua predominantemente na consolidação formal dos fluxos decisórios, as reuniões de Coordenadores funcionam como espaço de problematização técnica e amadurecimento das informações que podem subsidiar deliberações posteriores.

Os resultados mostram que as atas participam de diferentes momentos do processo decisório da Fazenda Canguiri. Elas registram decisões conclusivas, mas também documentam consultas, divergências, exigências de complementação, distribuição de responsabilidades, encaminhamentos intermediários e articulações entre instâncias. A predominância da articulação institucional, da clareza informacional, dos encaminhamentos e da gestão de projetos demonstra que a decisão administrativa e operacional se desenvolve pela circulação e consolidação progressiva de informações. As atas constituem instrumentos de continuidade do processo decisório, pois permitem recuperar os fundamentos das discussões, acompanhar pendências e relacionar as providências adotadas às instâncias responsáveis.

5 Discussão

Os achados indicam que a GI integra a dinâmica decisória da Fazenda Canguiri, não se restringindo a uma atividade acessória de registro ou armazenamento. Isso converge com Choo (2003), para quem a informação organizacional participa da criação de significado, da construção do conhecimento e da orientação da ação, e com Razzolini Filho (2020), ao reconhecer a informação como recurso organizacional necessário à redução de incertezas e à qualificação das decisões.

A predominância de encaminhamentos em relação às decisões conclusivas não implica, necessariamente, baixa capacidade deliberativa. Com informações incompletas, restrições de tempo e múltiplas condicionantes institucionais, a decisão tende a ser construída por aproximações sucessivas. Esse comportamento é compatível com a racionalidade limitada de Simon (1977), segundo a qual os gestores decidem com base nas informações efetivamente disponíveis, e com Kahneman (2012), ao demonstrar que limitações cognitivas e vieses tornam necessários

mecanismos capazes de estabilizar interpretações e reduzir ambiguidades. Os registros documentais contribuem para preservar o problema em circulação institucional até que existam condições informacionais suficientes para o avanço da deliberação.

A continuidade documental observada aproxima-se da compreensão de Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976) sobre a natureza não linear dos processos decisórios organizacionais. Ao registrar entendimentos parciais, pendências, responsabilidades e providências subsequentes, as atas conectam diferentes etapas de identificação, desenvolvimento e seleção de alternativas. A reunião integra o processo decisório, sem necessariamente encerrá-lo, pois a deliberação prossegue por meio dos registros e das ações administrativas deles decorrentes.

À luz do conceito de regime de informação, os achados podem ser compreendidos como resultado da articulação entre atores sociais, regras, autoridades, artefatos, dispositivos e ações de informação. González de Gómez (2002) destaca que o regime de informação estabelece as condições predominantes de produção, organização e circulação informacional em determinado contexto. Silva e Freire (2024) ampliam essa compreensão ao enfatizarem o caráter relacional de seus elementos, enquanto Torino, Silva e Berti (2025) demonstram que esses regimes se constituem e se legitimam por meio das práticas informacionais dos sujeitos. No caso analisado, as atas operam como artefatos informacionais; as normas e competências institucionais funcionam como dispositivos reguladores; os membros do Comitê Gestor, os coordenadores e as demais unidades envolvidas atuam como atores sociais; e os encaminhamentos, as consultas e as deliberações constituem ações de informação. As diferenças entre as reuniões do Comitê Gestor e dos coordenadores não configuram, necessariamente, regimes de informação autônomos, mas práticas informacionais diferenciadas no interior do mesmo regime institucional.

As variações de clareza, completude e consistência dos registros revelam que a efetividade desse regime depende da qualidade com que a informação é produzida, organizada e integrada ao fluxo decisório. Davenport e Prusak (1998) e Eppler (2006) ressaltam que informações fragmentadas, imprecisas ou descontextualizadas comprometem sua recuperação e utilização organizacional. Em ambientes digitais e administrativos, Oliveira e Ferraz (2025) acrescentam que a qualidade informacional depende também das condições de organização, indexação, compartilhamento e

recuperação dos documentos. Quando faltam esclarecimentos, documentos ou justificativas, a deliberação tende a permanecer em estágio intermediário; quando os registros oferecem maior consistência, ampliam-se as condições para o avanço da decisão. Esse comportamento dialoga com Batista (2025), ao demonstrar que o uso de evidências na administração pública é condicionado pela disponibilidade da informação e pelas capacidades institucionais mobilizadas para interpretá-la.

A articulação entre unidades universitárias evidencia que o regime de informação da Fazenda Canguiri ultrapassa os limites formais da gestão local. Configura-se, assim, uma estrutura de governança multinível. Essa interpretação converge com Razzolini Filho (2020) e Silva e Razzolini Filho (2024), ao destacarem a importância dos fluxos informacionais para a coordenação institucional, e com Monteiro e Teixeira (2025) e Romanin, Furnival e Rigolin (2026), ao associarem governança universitária, transparência, padronização e disponibilidade de informações verificáveis.

Dessa articulação teórica e empírica, propõe-se a expressão governança informacional incremental como categoria analítica. Sua dimensão de governança fundamenta-se na compreensão de que políticas, responsabilidades, práticas e fluxos informacionais devem ser organizados para reduzir assimetrias e qualificar a tomada de decisão (Manhique, 2025), enquanto sua dimensão incremental se relaciona à racionalidade limitada de Simon (1977) e aos ciclos decisórios de Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976). A expressão não constitui sinônimo de regime de informação: enquanto este descreve a configuração relacional formada por atores, regras, artefatos, dispositivos e práticas informacionais, a governança informacional incremental caracteriza a maneira gradual pela qual as decisões são coordenadas e consolidadas no interior desse regime.

6 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar como os documentos institucionais da Fazenda Canguiri, vinculada ao Centro de Estações Experimentais da Universidade Federal do Paraná (CEEx/UFPR), participam da constituição do processo decisório administrativo e operacional da gestão local. A opção metodológica mostrou-se adequada ao problema de pesquisa porque permitiu

examinar, a partir de documentos produzidos na rotina institucional, como a informação circula, é registrada, reinterpretada e mobilizada na coordenação das ações administrativas e operacionais. Os resultados indicam que a informação formalmente registrada não se limita a cumprir função burocrática ou memorialística, mas exerce papel ativo na organização, continuidade e sustentação das decisões no âmbito da Fazenda Canguiri.

Quanto aos objetivos específicos, identificou-se que as atas constituem o principal tipo documental utilizado para registrar e dar continuidade ao processo decisório na unidade. A análise evidenciou que esses documentos concentram informações relativas a encaminhamentos, articulações institucionais, justificativas técnicas e administrativas, responsabilidades atribuídas e problemas em acompanhamento. Observaram-se variações significativas na qualidade da informação registrada, especialmente em termos de clareza, completude e consistência (características da qualidade da informação), associadas à natureza da instância em que a reunião ocorre. Tais resultados indicam que a qualidade informacional interfere diretamente na rastreabilidade das decisões e na capacidade de sustentar deliberações posteriores.

A análise também permitiu compreender que o processo decisório da Fazenda Canguiri não se organiza, em geral, por decisões finais imediatas, mas por uma lógica gradual, marcada por sucessivos encaminhamentos, consultas, complementações documentais e retornos de pauta. Esse padrão sugere que a tomada de decisão se desenvolve de forma incremental e processual, em consonância com a literatura sobre racionalidade limitada. A centralidade da articulação institucional observada nas atas evidencia que a gestão da Fazenda Canguiri se insere em uma dinâmica de governança multinível, na qual as decisões dependem da interação entre diferentes instâncias universitárias, setores administrativos, fundações de apoio e agentes externos. A informação registrada nos documentos funciona como elo de coordenação, estabilização e continuidade entre atores e níveis organizacionais distintos.

A observação empírica da GI em centro experimental universitário, contexto pouco estudado sistematicamente na literatura, constitui contribuição analítica. As atas integram o processo decisório, desenvolvido além da reunião inicial na sequência documental que articula instâncias técnicas, opinativas e deliberativas. Propõe-se

compreendê-lo como governança informacional incremental, caracterizada pela construção progressiva de decisões mediante circulação documental e redução gradual da incerteza administrativa. A documentação institucional evidencia decisões e constitui mecanismo operacional da decisão organizacional por meio dos fluxos informacionais.

Na prática, os resultados oferecem subsídios para o aprimoramento dos fluxos informacionais e da organização documental em contextos universitários semelhantes. A pesquisa evidencia a importância da padronização dos registros, da explicitação de responsabilidades, da completude informacional e da clareza dos encaminhamentos como condições para maior previsibilidade, continuidade e legitimidade das decisões. Em unidades marcadas por forte interdependência institucional, como a Fazenda Canguiri, tais aspectos não são acessórios, mas parte da infraestrutura informacional que sustenta a governança cotidiana.

O recorte temporal das atas restringe a generalização a outros contextos e períodos; a análise documental não examina conversas prévias, negociações não registradas ou arranjos tácitos que podem influenciar deliberações. Essas limitações não comprometem a validade do estudo, mas delimitam o alcance das conclusões ao recorte empírico adotado. Estudos futuros podem comparar atas, portarias, relatórios técnicos, memorandos e registros eletrônicos, analisar a qualidade da informação registrada e acompanhar longitudinalmente padrões informacionais e decisórios, além dos efeitos de mudanças normativas e organizacionais na GI. Entrevistas e observação participante, aliadas à análise documental, podem aprofundar nexos entre registros formais e práticas decisórias. A GI materializada em documentos institucionais é central à governança universitária e participa da formação de decisões administrativas e operacionais em centros experimentais.

Referências

ALMEIDA, Paulo Henrique de; SILVA, Helena de Fátima Nunes; PINHO, Isabel. Governança do conhecimento em Instituições Públicas Federais de Ensino Superior: proposta de um modelo conceitual. **Informação & Informação**, Londrina, v. 30, n. 4, p. 400-431, 2025. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2025v30n4p400. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/53104. Acesso em: 20 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: https://madmunifacs. wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf. Acesso em: 1 maio 2026.

BATINGA, Sarah Medeiros; FINGER, Andrew. Gestão da informação nos processos de pregão eletrônico em uma Instituição Federal de Ensino Superior. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 21, p. e023014, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8672845. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/ 8672845. Acesso em: 18 maio 2026.

BATISTA, Mariana. Evidências e tomada de decisão em políticas públicas: uma análise qualitativa a partir da perspectiva da burocracia dirigente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. e2024-0202, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220240202. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220240202. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV 203MAI2022.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

CANTARELLI, Paola; BELLE, Nicola; HALL, Jeremy L. Information use in public administration and policy decision-making: a research synthesis. **Public Administration Review**, v. 83, n. 6, p. 1667-1686, 2023. DOI: https://doi.org/10.1111/puar.13735. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/puar.13735. Acesso em: 18 maio 2026.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máyra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137828.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/SnzV6W8QsFQ7HDRrtB v6htr/. Acesso em: 24 set. 2026.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DRUCKER, Peter F. **Management challenges for the 21st century**. New York: HarperBusiness, 1999.

EPPLER, Martin J. **Managing information quality**: increasing the value of information in knowledge-intensive products and processes. 2. ed. Berlin: Springer, 2006.

FERREIRA, Sílvia. A análise de conteúdo: um método para a análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 11, n. 26, p. 202-224, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.33361/RPQ.2023.v.11.n.26.502. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/502. Acesso em: 18 maio 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIRARDI, Rômullo; GALDINO, Juraci Ferreira; PELLANDA, Paulo César. Sistemas de apoio à decisão na gestão da inovação de defesa em países em desenvolvimento: um estudo de caso do exército brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 60, p. e2025-0327, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220250327. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220250327. Acesso em: 1 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/?lang=pt. Acesso em: 22 set. 2026.

JACOCIUNAS, Tomás; VERSCHOORE, Jorge Renato; MONTICELLI, Jefferson Marlon. Transformação digital de instituições de ensino superior: um framework para a tomada de decisão estratégica. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 10, n. 00, p. e024036, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/riesup.v10i00.8665499. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665499. Acesso em: 18 maio 2026.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Management information systems**: managing the digital firm. 16. ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2020.

LEHNHART, Eliete dos Reis; BENDER, Carolina Schneider; MATHEIS, Taiane Keila; TAGLIAPIETRA, Rafael Dutra. Inventário de estilos de tomada de decisão: validação do modelo para o contexto brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, e2025-0034, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120250034. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/97104. Acesso em: 18 maio 2026.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto. Governança da informação e a perspectiva do valor da informação na Ciência da Informação. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 14, p. 1-12, 2025. DOI: https://doi.org/10.5380/atoz.v14.90761. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/90761. Acesso em: 22 set. 2026.

MELATI, Cláudia; JANISSEK-MUNIZ, Raquel. Intelligence as an innovation in public management: premises for institutionalization. **Brazilian Administration Review**, v. 21, n. 2, p. e230067, abr./jun. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2024230067. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2024230067. Acesso em: 19 maio 2026.

MINTZBERG, Henry; RAISINGHANI, Duru; THÉORÊT, André. The structure of unstructured decision processes. **Administrative Science Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 246-275, 1976. DOI: https://doi.org/10.2307/2392045. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2392045. Acesso em: 15 set. 2026.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Transparência ativa, dados abertos e desempenho acadêmico: análise das Universidades Federais Brasileiras. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 30, e90831, 2025. DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.90831. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90831. Acesso em: 18 maio 2026.

OLIVEIRA, Marina Costa de; FERRAZ, Isabela Neves. A gestão da informação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 16, p. e218870, 2025. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.incid.2025.218870. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/218870. Acesso em: 18 maio 2026.

PERFETTO, Fábio Viana; REIS, Sandra Gomes de Oliveira; PALETTA, Francisco Carlos. Gestão da informação digital: caminhos possíveis. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 21, n. 00, e023005, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671342. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671342. Acesso em: 17 maio 2026.

PONTES, Mariana da Silva; MAIA, Manuela Eugênio. Reflexões acerca do diagnóstico arquivístico: um estudo de caso. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 10, e65312, 2025. DOI: https://doi.org/10.47681/rca.v10i.65312.

Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/65312. Acesso em: 20 maio 2026.

RABELO, Natália Bruno; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Identificação de documentos arquivísticos digitais em sistemas de negócio: perspectivas nacionais e internacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 30, e55641, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/55641. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/55641. Acesso em: 1 maio 2026.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Introdução à gestão da informação**: a informação para organizações no século XXI. Curitiba: Juruá, 2020.

ROMANIN, Cristina; FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. Análise de dados governamentais abertos de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do estado de São Paulo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 31, n. 1, p. 241-267, 2026. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2026v31n1p241. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/53398. Acesso em: 18 maio 2026.

SANTOS, Deusdete Junior; SOUZA, Kellcia Rezende. A governança nas instituições de ensino superior públicas brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1532-1557, 2022. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v17i3.17085. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17085. Acesso em: 18 maio 2026.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória institucional e memória organizacional: faces de uma mesma moeda. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 208-235, jul./set. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/4315. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/RTpwsFQsWktXbyx7ZX6cxyJ/. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, Maria Margarete; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Política e regime de informação: construto teórico e tessitura prática. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 29, e95780, 2024. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e95780. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/95780. Acesso em: 22 set. 2026.

SILVA, Rafael Felix da. **Valores e fluxos de informação no suporte à tomada de decisão estratégica, no contexto da sustentabilidade empresarial**. 2024. Tese (Doutorado em Gestão da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/1884/87082. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, Rafael Felix da; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. Fluxos informacionais em políticas de assistência estudantil: uma análise na Universidade Federal do Paraná. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 22, n. 00, e024006, 2024. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8675029. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8675029. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, Rafael Felix da; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. Informação e valores no suporte à tomada de decisão: uma revisão sistemática da literatura no contexto da sustentabilidade empresarial. **Contextus**: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, Fortaleza, v. 21, e81640, 2023. DOI: https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81640. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/81640. Acesso em: 18 maio 2026.

SIMON, Herbert A. **Administrative behavior**: a study of decision-making processes in administrative organization. 4. ed. New York: The Free Press, 1977.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. Disponível em: https://www.editora.ufpb.br/press5/index.php/UFPB/catalog/book/501. Acesso em: 24 set. 2026.

TORINO, Ligia Patricia; SILVA, Terezinha Elisabeth da; BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Regime de informação e práticas informacionais: entrelaçando conceitos para compreensão dos processos de significação dos sujeitos informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-141477, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.141477. Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/KWnRMfwHKDbSHZfHCVKVDsQ/?lang=pt. Acesso em: 22 set. 2026.

TURBAN, Efraim; SHARDA, Ramesh; DELEN, Dursun. **Decision support and business intelligence systems**. 9. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2011.

YU, Abraham Sin Oih; NARDY, André; HIRANO, Heloiza Izumi; OLIVEIRA, Jefferson Freitas Amancio de; RIBEIRO, Nathan de Vasconcelos; GRANDO, Nei. Tomada de decisão nas organizações: o que muda com a Inteligência Artificial? **Estudos Avançado**s, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 327-348, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438111.017. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/229959. Acesso em: 20 maio 2026.

Information management and decision-making process in a university experimental center

a documentary study at CEEx/UFPR - Fazenda Canguiri

Abstract

Objective: to analyze how institutional documents from Fazenda Canguiri, linked to the Center for Experimental Stations of the Federal University of Paraná (CEEx/UFPR), participate in the constitution of the local administrative and operational decision-making process. **Methodology**: this is a qualitative, descriptive, documentary study, with a corpus composed of eleven minutes of institutional meetings produced in 2025, nine from the CEEx Management Committee and two from meetings among laboratory coordinators. The material was examined through Content Analysis, supported by Atlas.ti software, based on 25 codes organized into 6 analytical groups related to information quality, decision-making justifications, referrals, and institutional flows. **Results**: the minutes play a central role in the unit's informational

governance because they record interinstitutional articulations, responsibilities, pending issues, and successive movements of decision maturation. Variations in the clarity, completeness, and consistency of the records were found to affect traceability, information retrieval, and administrative continuity. Conclusions: formally recorded information is not limited to a bureaucratic or memorial function; it integrates the organizational decision-making mechanism, supporting administrative rationality and offering elements for improving information flows and document organization in university experimental centers.

Descriptors: Information management. Decision-making process. Records management. Institutional memory. Canguiri Farm.

Gestión de la información y proceso decisorio en un centro experimental universitario

estudio documental en el CEEx/UFPR - Fazenda Canguiri

Resumen

Objetivo: analizar cómo los documentos institucionales de Fazenda Canguiri, vinculada al Centro de Estaciones Experimentales de la Universidad Federal de Paraná (CEEx/UFPR), participan en la constitución del proceso decisorio administrativo y operativo de la gestión local. Metodología: investigación cualitativa, descriptiva y documental, con un corpus compuesto por once actas de reuniones institucionales producidas en 2025, nueve del Comité Gestor del CEEx y dos de reuniones entre coordinadores de laboratorios. El material fue examinado mediante Análisis de Contenido, con apoyo del software Atlas.ti, a partir de 25 códigos organizados en 6 grupos analíticos relacionados con la calidad informacional, las justificaciones decisorias, los encaminamientos y los flujos institucionales. Resultados: las actas cumplen un papel central en la gobernanza informacional de la unidad, pues registran articulaciones interinstitucionales, responsabilidades, asuntos pendientes y sucesivos movimientos de maduración de las decisiones. Se observó que las variaciones en la claridad, completitud y consistencia de los registros interfieren en la trazabilidad, la recuperación de la información y la continuidad administrativa. Conclusiones: la información formalmente registrada no se limita a una función burocrática o memorialística; integra el mecanismo de decisión organizacional, sustenta la racionalidad administrativa y ofrece subsidios para mejorar los flujos informacionales y la organización documental en centros experimentales universitarios.

Descriptores: Gestión de la información. Proceso decisorio. Gestión documental. Memoria institucional. Hacienda Canguiri.